

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	15
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	24
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	26
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	27

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.500
Preferenciais	9.000
Total	13.500
Em Tesouraria	
Ordinárias	948
Preferenciais	0
Total	948

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	23.621	21.619
1.01	Ativo Circulante	2.289	2.284
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28	28
1.01.01.01	Disponibilidades	28	28
1.01.03	Contas a Receber	1.848	1.843
1.01.03.01	Clientes	1.848	1.843
1.01.03.01.01	Contas a receber	11.901	11.896
1.01.03.01.02	Provisão para devedores duvidosos	-10.053	-10.053
1.01.06	Tributos a Recuperar	196	196
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	196	196
1.01.06.01.01	Tributos a recuperarr	196	196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	217	217
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	89	89
1.01.08.03	Outros	128	128
1.02	Ativo Não Circulante	21.332	19.335
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.912	18.915
1.02.01.04	Contas a Receber	169	169
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	169	169
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	20.743	18.746
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	20.743	18.746
1.02.02	Investimentos	58	58
1.02.02.01	Participações Societárias	58	58
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	58	58
1.02.03	Imobilizado	330	330
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	330	330
1.02.03.01.01	Terrenos	330	330
1.02.04	Intangível	32	32
1.02.04.01	Intangíveis	32	32
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	32	32

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	23.621	21.619
2.01	Passivo Circulante	183.733	178.561
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	58.268	53.356
2.01.01.01	Obrigações Sociais	57.208	52.305
2.01.01.01.01	INSS	57.208	52.305
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.060	1.051
2.01.02	Fornecedores	25.303	25.532
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.303	25.532
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.413	21.825
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	22.413	21.825
2.01.03.01.02	Tributos e contribuições sociais	22.413	21.825
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	9.130	9.857
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9.130	9.857
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9.130	9.857
2.01.06	Provisões	68.619	67.991
2.01.06.02	Outras Provisões	68.619	67.991
2.01.06.02.04	Provisão para perdas em investimentos	68.619	67.991
2.02	Passivo Não Circulante	453	453
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	453	453
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	453	453
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	453	453
2.03	Patrimônio Líquido	-160.565	-157.395
2.03.01	Capital Social Realizado	27.038	27.038
2.03.01.01	Capital Social	27.038	27.038
2.03.02	Reservas de Capital	14.783	14.783
2.03.02.04	Opções Outorgadas	16.222	16.222
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.439	-1.439
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-202.386	-199.216
2.03.06.01	Prejuízo do Exercício	-202.386	-199.216

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	17	25	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2	-2	0	0
3.03	Resultado Bruto	15	23	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-353	-628	-726	-1.109
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-353	-628	-726	-1.109
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-338	-605	-726	-1.109
3.06	Resultado Financeiro	-1.601	-2.564	-1.301	-2.079
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.939	-3.169	-2.027	-3.188
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.939	-3.169	-2.027	-3.188
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.939	-3.169	-2.027	-3.188

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.939	-3.170	-3.188	-1.161
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.939	-3.170	-3.188	-1.161

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.170	-3.188
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.170	-3.188
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.170	3.188
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28	28
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28	28

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	27.038	-1.439	16.222	-199.215	0	-157.394
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.038	-1.439	16.222	-199.215	0	-157.394
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.170	0	-3.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.170	0	-3.170
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	27.038	-1.439	16.222	-202.385	0	-160.564

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	27.038	16.222	-1.439	-196.212	0	-154.391
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.038	16.222	-1.439	-196.212	0	-154.391
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.188	0	-3.188
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.188	0	-3.188
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	27.038	16.222	-1.439	-199.400	0	-157.579

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	25	5
7.01.02	Outras Receitas	25	5
7.03	Valor Adicionado Bruto	25	5
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	25	5
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.304	1.679
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-628	-1.114
7.06.02	Receitas Financeiras	2.932	2.793
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.329	1.684
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.329	1.684
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.499	4.872
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.170	-3.188
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	-3.170	-3.188

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	3.995	3.921
1.01	Ativo Circulante	2.304	2.284
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	29	29
1.01.01.01	Caixa	29	29
1.01.03	Contas a Receber	1.848	1.843
1.01.03.01	Clientes	15.139	15.134
1.01.03.01.01	Clientes	15.139	15.134
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	-13.291	-13.291
1.01.03.02.01	Provisão devedores duvidosos	-13.291	-13.291
1.01.06	Tributos a Recuperar	196	196
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	196	196
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	196	196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	231	216
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	89	89
1.01.08.01.01	Outas contas a receber	89	89
1.01.08.03	Outros	142	127
1.02	Ativo Não Circulante	1.691	1.637
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.028	974
1.02.01.04	Contas a Receber	1.028	974
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.028	974
1.02.02	Investimentos	58	58
1.02.02.01	Participações Societárias	58	58
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	58	58
1.02.03	Imobilizado	573	573
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	573	573
1.02.03.01.01	Imobilizado	573	573
1.02.04	Intangível	32	32
1.02.04.01	Intangíveis	32	32
1.02.04.01.02	Marcas e patentes	32	32

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	3.995	3.921
2.01	Passivo Circulante	150.548	146.423
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	58.769	54.805
2.01.01.01	Obrigações Sociais	57.206	53.195
2.01.01.01.01	INSS	57.206	53.195
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.563	1.610
2.01.02	Fornecedores	45.615	46.168
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	45.615	46.168
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.529	27.086
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.529	27.086
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições sociais	28.529	27.086
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.635	18.364
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	17.635	18.364
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	17.635	18.364
2.02	Passivo Não Circulante	14.011	14.892
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.011	14.892
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	706	706
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	706	706
2.02.01.02	Debêntures	13.305	14.186
2.02.01.02.01	Parcelamentos	13.305	14.186
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-160.564	-157.394
2.03.01	Capital Social Realizado	27.038	27.038
2.03.02	Reservas de Capital	14.784	14.784
2.03.02.04	Opções Outorgadas	16.222	16.222
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.438	-1.438
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-202.386	-199.216

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	711	1.385	629	1.945
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-66	-128	-58	-179
3.03	Resultado Bruto	645	1.257	571	1.766
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-431	-706	-302	-1.047
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-431	-706	-302	-1.047
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	214	551	269	719
3.06	Resultado Financeiro	-889	-2.490	-1.431	-3.907
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-675	-1.939	-1.162	-3.188
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-675	-1.939	-1.162	-3.188
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-675	-1.939	-1.162	-3.188
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	0	-1.162	-3.188

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-674	-3.170	-1.162	-3.188
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-674	-3.170	-1.162	-3.188
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-674	-3.170	-1.162	-3.188

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.170	-3.188
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.170	-3.188
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.170	3.188
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	29	29
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29	29

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	27.038	-1.439	16.222	-199.215	0	-157.394	0	-157.394
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.038	-1.439	16.222	-199.215	0	-157.394	0	-157.394
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.170	0	-3.170	0	-3.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.170	0	-3.170	0	-3.170
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	27.038	-1.439	16.222	-202.385	0	-160.564	0	-160.564

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	27.038	-1.439	16.222	-196.212	0	-154.391	0	-154.391
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.038	-1.439	16.222	-196.212	0	-154.391	0	-154.391
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.188	0	-3.188	0	-3.188
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	27.038	-1.439	16.222	-199.400	0	-157.579	0	-157.579

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	1.902	1.945
7.01.02	Outras Receitas	1.902	1.945
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.137	-1.226
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.137	-1.226
7.03	Valor Adicionado Bruto	765	719
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	765	719
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.933	3.009
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.698	3.728
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.698	3.728
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.868	6.916
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.170	-3.188

Comentário do Desempenho

FIACÃO E TECELAGEM SÃO JOSÉ S.A.
– EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
(CNPJ 17.159.005/0001-64)

Comentário do Desempenho 3º Trimestre de 2021.

Conforme já de conhecimento geral, durante o exercício de 2019, na AGO/E de 30 de abril de 2019, foi aprovada a transferência da sede da companhia de Barbacena/MG para Recife/PE, bem como foram incluídas no seu objeto social as atividades de participação em outras sociedades e de aluguel de imóveis próprios, visto que desde a paralisação das atividades industriais a Companhia vem alugando os seus imóveis com o objetivo de saldar os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial e, também, que essas receitas são as únicas provenientes das atuais operações da Companhia e da sua controlada integral.

Até a presente data, a administração da Companhia não conseguiu concluir o processo de transferência da sede de MG para PE. A Junta Comercial de Minas Gerais (JUCEMG) concedeu a transferência para Recife/PE; entretanto, a Junta Comercial de Pernambuco (JUCEPE), embora anteriormente tenha concedido a viabilidade, se negou a aceitar o registro da transferência propriamente dita, porque de acordo com o entendimento de sua área jurídica pelo fato de a Companhia estar em recuperação judicial, haveria necessidade de autorização ou determinação judicial para tal. Os advogados da Companhia têm entendimento divergente e, por isso o assunto foi levado à justiça cível, que em abril de 2021 prolatou sentença favorável à Companhia, determinando que a JUCEPE procedesse ao registro da transferência. Contudo, até o momento, a JUCEPE, ainda, não cumpriu a mencionada determinação judicial.

Não obstante, a sede da Companhia, de fato, está funcionando na Rua Pampulha, nº 141, no bairro da Imbiribeira, em Recife/PE, onde também estão sendo realizados todos os eventos societários, desde meados de 2019.

Desde o primeiro trimestre de 2020, as receitas de aluguéis de imóveis próprios da Companhia sofreram reduções significativas, sobretudo em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19 que nos assola até a presente data. Apesar disso, as obrigações assumidas no Plano de Recuperação Judicial da Companhia continuam sendo cumpridas. Outrossim, gradativamente, de acordo com as disponibilidades de recursos, as dívidas fiscais das empresas São José vêm sendo ajuizadas/parceladas. Cabendo destacar que as dívidas fiscais da controlada, São José do Nordeste, já foram totalmente ajuizadas/parceladas e os respectivos parcelamentos estão sendo pagos em dia.

Além dos fatos acima reportados, a situação geral das empresas São José não sofreu alterações, durante os primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2021.

Notas Explicativas***FIACÃO E TECELAGEM SÃO JOSÉ S.A. E CONTROLADA, EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL***

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**1.1 – Contexto operacional**

A Fiação e Tecelagem São José S.A. é uma companhia aberta que tem por atividades a fabricação e o comércio de tecidos em geral, a locação de imóveis próprios e a participação em outras sociedades. A Companhia é controladora integral da São José do Nordeste Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., anteriormente denominada Fiação e Tecelagem São José do Nordeste Ltda., também em recuperação judicial, situada em Jaboatão dos Guararapes/PE (Nota 5).

Em decorrência do desaquecimento do mercado de tecidos, confecções e correlatos ocorridos a partir de 2001 e agravado nos exercícios seguintes em razão da não adoção de medidas protecionistas por parte do governo brasileiro e, também, mais ainda, em razão da grande crise financeira internacional ocorrida em 2008, que provocou efeitos em todo o mundo, a companhia, que já vinha enfrentando dificuldades na consecução das suas atividades e, por conseguinte, vinha apresentando insuficiência de capital de giro e prejuízos operacionais, foi obrigada a paralisar completamente as suas atividades de fabricação e comércio de tecidos e a demitir a totalidade dos seus empregados, em junho de 2009. Presentemente, vem desenvolvendo as atividades de locação de imóveis próprios e de participação em outras sociedades.

1.2 – Recuperação judicial

Objetivando a busca de alternativas para superar essas dificuldades e para retomar as atividades operacionais da Companhia, que continuavam paralisadas, a Administração apresentou, em 12 julho de 2010, Pedido de Recuperação Judicial, na 5ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes - PE (local onde de fato se encontra a administração da companhia e onde se pretendia dar continuidade às operações) – Processo nº 0010440-56.2010.8.17.0810. O referido Pedido foi deferido em 26 de julho de 2010. O Plano de Recuperação Judicial (PRJ) foi apresentado em outubro de 2010 e homologado pela justiça cível em 25 de janeiro de 2011.

A partir de então, foram iniciadas as medidas previstas no PRJ com o objetivo de caminhar na direção da retomada das operações industriais, foram contratados alguns prestadores de serviços de contabilidade, de auditoria independente, de advocacia e de consultoria, religada a energia elétrica do escritório da administração, reativados sistemas informatizados, retomadas a elaboração e o envio de informações periódicas ao mercado, publicadas demonstrações financeiras e seus anexos, realizadas as assembleias de acionistas e implementadas outras providências societárias.

Durante o exercício de 2011, foram saldadas as dívidas trabalhistas da controladora e da controlada integral com a utilização dos recursos auferidos no leilão judicial trabalhista dos imóveis onde funcionava a sede da Companhia e a unidade industrial da controladora, que já havia sido desativada desde fevereiro de 2008.

Desde o exercício de 2012, a administração da Companhia continuou a trabalhar no sentido de que as medidas previstas no PRJ pudessem ser implementadas e, assim, possibilitar a captação de recursos para obter capital de giro necessário ao reinício das atividades operacionais e/ou à propositura de alternativas que sejam viáveis e compatíveis com a atual e complexa situação em que a companhia se encontra.

Nesse contexto e nos termos do item 8.8.3 do Plano de Recuperação Judicial homologado, que prevê de forma específica a possibilidade de alienação das instalações atuais para a retomada de suas atividades em local diverso, in verbis: *“item 8.8.3. Retomada das atividades operacionais: A retomada das atividades da fábrica poderá se dar em local distinto das instalações atuais, haja vista que, para que possa gerar o capital de giro indispensável à sua sustentabilidade, se faz necessária a captação de recursos, e a forma que se apresenta no momento, são através da alienação do imóvel onde se encontra instalada a controlada da Companhia”* e, também, considerando a situação de fragilidade financeira em que a Companhia se encontra, a Administração entendeu que não havia sentido em continuar mantendo uma estrutura industrial com alto custo em um local com excelente valorização imobiliária. Após esgotados os esforços de tentativa de venda Judicial do imóvel em questão, estando prevista a possibilidade de venda dos bens da empresa no PRJ homologado, consubstanciado pela legislação, a Administração da Companhia requereu ao Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, local onde se processa a Recuperação Judicial da Companhia, a



Notas Explicativas

FIACÃO E TECELAGEM SÃO JOSÉ S.A. E CONTROLADA, EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

determinação de designação de hasta pública para venda do imóvel localizado na BR 101 Sul, Km 15, Jaboatão dos Guararapes, inscrito na matrícula 49.218, do registro geral de imóveis de Jaboatão dos Guararapes; entretanto, como o referido imóvel encontra-se penhorado pela Receita Federal (processo 0015026-81.2006.4.05.8300 e seus apensos) em caso de leilão, parte substancial dos recursos que poderiam vir a ser arrecadados teriam que ser reservada para garantia daquele processo. Esse imóvel é o mais representativo ativo, ainda, existente na Companhia e, portanto, aparentou ser a única possibilidade ainda existente para o equacionamento das dívidas da Companhia para com os seus credores, quer seja pela sua alienação e/ou locação.

Após diversas tentativas frustradas de venda judicial do imóvel acima referido, em 2015, surgiu uma empresa de grande porte interessada em alugar o mesmo e, assim, foi firmado contrato de locação do imóvel acima referido por um período de cinco anos, renovável por igual período, pois, aos olhos da administração da Companhia e dos seus consultores jurídicos, pareceu essa ser, a curto/médio prazo, a única e melhor alternativa para gerar os recursos necessários à continuidade do cumprimento das obrigações assumidas no processo de recuperação judicial.

A Companhia ainda possui outros quatro pequenos imóveis na cidade de Barbacena/MG, que também estão destinados à locação e cujos respectivos aluguéis contratados/recebidos, também, são utilizados para o pagamento das obrigações da Companhia. Dentre esses, encontra-se o imóvel onde a Companhia estava sediada até dezembro de 2018, quando então iniciaram-se as medidas necessárias à transferência da sede para o escritório onde de fato funciona a administração das empresas São José, na Rua Pampulha, 141, no Bairro da Imbiribeira, na Cidade do Recife, no Estado de Pernambuco, e, também, à inclusão das atuais atividades operacionais nos Estatutos da Companhia.

Dessa forma, após o recebimento do primeiro mês de aluguel do imóvel de Jaboatão dos Guararapes/PE, em meados do exercício de 2015, a Companhia pode iniciar os pagamentos dos demais credores inscritos em sua recuperação judicial, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e desde então vem cumprindo as obrigações assumidas no PRJ, bem como pagando os credores extraconcursais e, também, as suas despesas administrativas, com os recursos oriundos da receita de aluguel de imóveis próprios que, presentemente, é a única/principal fonte de recursos da companhia.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis **individuais e consolidadas** foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, tendo atendidos os conceitos introduzidos pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, bem como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada direta São José do Nordeste Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. Na consolidação, foram eliminados os saldos ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, se pertinente, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

São os seguintes os princípios e práticas contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis:

- (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação.** A moeda funciona da Companhia e de sua controlada é o real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, mesma moeda de apresentação de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.
- (b) **Caixa e equivalentes de caixa.** Incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.
- (c) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.** Foi constituída no montante que se estima ser suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.
- (d) **Investimentos.** O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, sem exceder os valores de mercado.
- (e) **Imobilizado.** Está demonstrado ao valor de custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com as taxas mencionadas na Nota 6, que estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens.

Notas Explicativas***FIACÃO E TECELAGEM SÃO JOSÉ S.A. E CONTROLADA, EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL***

(f) **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment).** Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

(g) **Demais ativos.** São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço.

(h) **Passivos circulante e exigível a longo prazo.** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

(i) **Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é calculada com base no resultado antes do imposto de renda.

(j) **Instrumentos financeiros.** Em 31 de dezembro, o valor contábil dos instrumentos financeiros da companhia e de sua controlada, registrados no balanço, tais como disponibilidades e financiamentos, se aproximam do valor de realização, por serem representados principalmente por itens de curto prazo ou por estarem indexados a taxas de mercado.

(k) **Crítérios de consolidação.** As demonstrações consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas e procedimentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e abrangem as demonstrações contábeis da companhia e da sua controlada São José do Nordeste Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. em Recuperação Judicial. Na consolidação, foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido da controlada, bem como os saldos ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

NOTA 4 – VALORES A DISPOSIÇÃO DA JUSTIÇA

Nesta rubrica encontram-se registrados os valores apurados nos leilões de imóveis da controladora em Barbacena-MG, realizados pela justiça do trabalho com o objetivo de pagar as indenizações dos ex-funcionários da controladora e da controlada integral que foram demitidos e não receberam. De acordo com o que está estabelecido no PRJ, parte substancial desses valores foram usados/baixados durante o exercício de 2011, mediante determinação do juízo da recuperação judicial, para o pagamento dos credores trabalhistas (Classe 1). O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 refere-se a alguns processos trabalhistas, cujos pagamentos, ainda não foram autorizados/liberados pelo Juízo Recuperacional.

NOTA 5 – INVESTIMENTO EM EMPRESA CONTROLADA

Os principais saldos e transações com a controlada São José do Nordeste Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. – Em Recuperação Judicial são os seguintes:

	2021	2020
Participação na controlada:		
Capital social	17.469	17.469
Patrimônio líquido	(67.989)	(67.778)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(628)	(213)
Participação no capital social	99,9993%	99,9993%
Quantidades de cotas (em milhares)	353	213
Equivalência patrimonial - Provisão para perda:		
Saldos no início do exercício	(67.989)	(67.778)
Reversão (constituição) de provisão para perda (resultado)	(628)	(213)
Saldos no final do exercício	<u>(68.617)</u>	<u>(67.991)</u>
Saldos e transações com a controlada:		
Demonstração do resultado:		
Equivalência patrimonial/Provisão para perda	<u>(628)</u>	<u>(213)</u>



Notas Explicativas

FIACÃO E TECELAGEM SÃO JOSÉ S.A. E CONTROLADA, EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

As transações entre partes relacionadas, substancialmente com a controlada, foram efetuadas em condições consideradas pela Administração como compatíveis com as de mercado.

As demonstrações contábeis desta controlada foram revisadas, na extensão julgada necessária, pelos mesmos auditores independentes da controladora.

NOTA 6 – IMOBILIZADO

	Taxas Anuais de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Terrenos	-	330	330	568	568
Edificações	1,7% a 7,7%	515	515	5.489	5.489
Móveis e utensílios	4% a 50%	-	-	33	33
Máquinas e instalações industriais	2,2% a 33,3%	-	-	-	-
Outros	-	-	-	23	23
		845	845	6.108	6.108
Depreciação acumulada		(515)	(515)	(5.450)	(5.450)
		330	330	663	663

A Companhia identificou indicadores que determinaram reduzir o valor de realização de seus ativos imobilizados, em especial, máquinas e equipamentos, em 31 de dezembro de 2013, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados, desta forma, ajustou o saldo destes bens para assegurar a consistência com as políticas contábeis adotadas pela Administração.

NOTA 7 – CONTINGÊNCIAS

7.1 – Contingências fiscais ativas

A Controlada, São José do Nordeste, possui crédito junto a Fazenda Nacional, referente decisão da ação 1073-58.1991.4.05.8300 já transitado em Julgado. Apesar da Ordem judicial de compensação do crédito existente com as parcelas vencidas do Refis, a compensação não foi realizada e a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) desabilitou em dezembro de 2013 a empresa do Refis. O crédito da São José do Nordeste, em dezembro de 2013 alcançava valores na ordem de 4,3 Milhões. A fim de ser reinserido no Refis, foi ajuizada ação ordinária com pedido liminar para reinclusão ao pedido de parcelamento (Processo n.º 0800951-23.2014.4.05.8300, na 2ª Vara Federal Justiça Federal do Estado de Pernambuco). Em meados de 2015, a decisão da referida ação foi favorável à Companhia. Durante o exercício de 2018, a São José do Nordeste aderiu ao PERT e utilizou, com autorização da Justiça Federal, parte dos créditos existentes junto à Fazenda Nacional, que já se encontravam depositados em juízo, para o pagamento das parcelas iniciais do referido parcelamento. Já em 2018, as parcelas únicas/finais foram pagas/compensadas com saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados, bem como o saldo remanescente dos créditos já depositados em juízo foram utilizados para o pagamento de dívidas remanescentes junto à RFB/PGFN, durante os exercícios de 2020 e de 2019; dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, a São José do Nordeste encontrava-se com a totalidade de suas dívidas fiscais ajuizadas (parceladas) junto a RFB/PGFN e em dia com o pagamento dos respectivos parcelamentos.

7.2 – Contingências passivas

A Companhia e sua controlada possuem ações judiciais em andamento envolvendo questões cíveis, tributárias e trabalhistas. A Administração, com base em análise destas ações e em informações de seus assessores jurídicos, considera que os passivos registrados são suficientes para cobrir eventuais perdas com as ações em curso.

Cabe ressaltar que a Fiação e Tecelagem São José S.A. possui dívidas tributárias que vêm sendo cobradas pela RFB/PGFN e que ocasionaram a penhora de todos os bens imóveis da companhia; contudo, presentemente, a solução definitiva ainda não pode ser encaminhada pela administração da Companhia em razão da insuficiência dos recursos disponíveis. No entendimento da administração da Companhia essas dívidas somente poderão vir a ser integralmente ajuizadas/saldadas após o pagamento da totalidade dos credores concursais e extraconcursais.

NOTA 8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Notas Explicativas

FIACÃO E TECELAGEM SÃO JOSÉ S.A. E CONTROLADA, EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

(a) Capital subscrito e integralizado: O capital subscrito e integralizado da controladora está dividido em 4.500 mil ações ordinárias e 9.000 mil ações preferenciais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações societárias. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm prioridade no caso de reembolso de capital e direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

(b) Ações em tesouraria: São representadas por 66 ações ordinárias, e 948.117 ações preferenciais, que foram adquiridas em 1991, para posterior recolocação no mercado, conforme autorização da CVM.

NOTA 9 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As provisões para o imposto de renda e a contribuição social, quando requeridas, são registradas contabilmente com base na legislação em vigor e na regulamentação dos incentivos fiscais possuídos pela controlada. Os efeitos do IRPJ e da CSLL são reconhecidos no resultado do exercício a que competem.

Na controladora o prejuízo fiscal acumulado totalizou em R\$ 116,9 milhões em 2020, R\$ 114,2 milhões em 2019. A base de cálculo negativa da contribuição social totalizou em R\$ 115,4 milhões em 2020, R\$ 112,6 milhões em 2019. Na controlada o prejuízo fiscal acumulado totalizou em R\$ 106,2 milhões em 2020, 106,0 milhões em 2019, a base de cálculo negativa da contribuição social totalizou em R\$ 119,8 milhões em 2020 e R\$ 119,6 milhões em 2019.

Em novembro de 2009, nos termos da Lei nº 11.941, de 27.05.2009, as companhias, controladora e controlada, aderiram ao programa de recuperação fiscal estabelecido pela referida lei. Foram incluídos nesse parcelamento a totalidade dos débitos administrados pela SRF e na PGFN que se encontravam pendentes de pagamento. Por ocasião da adesão, tanto a controladora quanto a controlada optaram pela utilização do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social para amortizar parte dos débitos fiscais que se encontravam em atraso. Os pagamentos das parcelas do referido programa foram realizados regularmente até o mês de agosto de 2011 (vide Nota 7.1).

NOTA 10 - HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva; foram pagos aos administradores R\$ 274 mil (sendo R\$ 185 mil à diretoria e R\$ 89 mil ao conselho de administração) em 2020 e R\$ 261 mil (sendo R\$ 223 mil à diretoria e R\$ 38 mil ao conselho de administração) em 2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Oscar Augusto Rache Ferreira
Presidente

Vera Lydia Ferreira Durso

Oscar de Magalhães Ferreira

DIRETORIA

Oscar Augusto Rache Ferreira
Diretor-Presidente

Átalo Durso
Diretor

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Márcia Helena dos Santos
Contador-CRC-MG-076166/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Fiação e Tecelagem São José S.A. – Em Recuperação Judicial
Recife – PE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Fiação e Tecelagem São José S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") e de sua controlada contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreende os balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

A companhia vem apresentando prejuízos consecutivos e insuficiência significativa de capital de giro ao longo dos últimos anos. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, em junho de 2009, a Administração da Companhia foi obrigada a paralisar completamente as suas atividades de fabricação e comércio de tecidos e a demitir a totalidade dos seus empregados, em junho de 2009 e ingressou com processo de Recuperação Judicial na tentativa de possibilitar o equacionamento da situação financeira e patrimonial, visando a continuidade operacional. Em 12 de julho de 2010, a Companhia protocolou Pedido de Recuperação Judicial na 5ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes – PE, sendo o processo tombado sob o nº 0010440-56.2010.8.17.0810. Em 26 de julho de 2010, obteve o deferimento do referido pedido. Em outubro de 2010 a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

Em 25 de janeiro de 2011, o PRJ foi homologado pela referida vara da justiça cível. Embora as atividades industriais, ainda, se encontrem paralisadas, a administração da Companhia vem adotando as medidas previstas no Plano de Recuperação Judicial – PRJ com o objetivo de saldar as suas obrigações, sobretudo com os recursos apurados com a locação de ativos imobilizados. A partir do exercício de 2019, a Companhia passou a desenvolver as atividades de administração e locação de imóveis próprios e de participações em outras sociedades.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentou um passivo a descoberto de R\$ 160.565 mil e índices financeiros adversos,

devido aos prejuízos apresentados nos últimos exercícios.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa em continuidade normal dos negócios e não incorporam quaisquer ajustes contábeis que seriam necessários na hipótese de uma descontinuidade operacional definitiva. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2021, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR), com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Recife – PE, 12 de novembro de 2021.

Chronus Auditores Independentes S/S
CRC – PE – 000681/O-0

Rosivam Pereira Diniz
Contadora – CRC – PE – 0014050/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A diretoria da Companhia declara, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em 8 de novembro de 2021, revisou, discutiu e concordou, com as Informações trimestrais da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, ressalvados os limites específicos das respectivas competências.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

A diretoria da Companhia declara, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em 12 de novembro de 2021, revisou, discutiu e concordou, com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da Chronus Auditores Independentes S/S, da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, ressalvados os limites específicos das respectivas competências.